

**A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO NO
ASSENTAMENTO RURAL DO MST ZUMBI DOS
PALMARES E NO ACAMPAMENTO PEQUENA
VANESSA, MARI, PARAÍBA¹**

Mara Edilara Batista de Oliveira²

maraedilara@hotmail.com

María Franco García³

mmartillo@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a proposta educativa do MST e a sua relação com a formação territorial do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari na região da Mata Paraibana. Nosso ponto de partida foi a escola, porém algumas questões prévias nos pareceram importantes como: contextualizar histórica e espacialmente os movimentos sociais no campo, com ênfase no MST; a proposta educativa do paradigma da *Educação do Campo* e; as leis e diretrizes operacionais que crescem juntamente com essa proposta. A Escola Zumbi dos Palmares, do assentamento estudado, vem tentando contribuir na formação do aluno trabalhador do/no campo. Desde a luta pela sua construção até os desafios assumidos para a implementação de uma educação voltada para a realidade dos seus alunos. O ensino de geografia nesta escola pode contribuir com o fortalecimento de uma educação propositiva, afincada no paradigma de uma educação do/no campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo. MST. Luta pela Terra. Reforma Agrária.

Abstract: The objective of this work is to analyze the educative proposal of the MST and its relation with the formation of the territorial settlement Zumbi dos Palmares, located in the city of Mari in the “Mata Paraibana”. Our starting point was the school, however some previous questions in them had seemed important as: historical context and social movements in the field, with emphasis on the MST; the educational proposal of the paradigm of the Education ; and the operational laws and direction lines that grow together with this proposal. The School “Zumbi dos Palmares”, nesting studied, has been trying to contribute in formation of the student worker. Since the fight for its construction until the challenges assumed for the implementation of an education directed toward the reality of its pupils. The geography class in this school can contribute with the purposeful education, diligently in the paradigm of an education of /in the field.

Keywords: Education on Field. MST. Struggle for Land.

¹ Este texto faz parte da pesquisa de Iniciação Pesquisa em desenvolvimento, intitulada “Geografia da Educação do campo nos assentamentos do MST em Mari - PB Orientadora: María Franco

² Aluna do Curso de Licenciatura em Geografia. Bolsista PIBIC/CNPq.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB. Bolsista CAPES/PRODOC. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT

INTRODUÇÃO

O estudo geográfico dos assentamentos e da luta pela terra e pela Reforma Agrária pode vir a contribuir para desenvolvimento das famílias que vivem e trabalham no campo. Com esse intuito apresentamos neste texto desdobramentos da nossa pesquisa de iniciação científica em andamento, desenvolvida junto ao Departamento de Geociências da UFPB de João Pessoa.

O problema central da nossa indagação é o descompasso educativo histórico e espacial dos trabalhadores rurais e sem-terra. Como objetivo central da pesquisa destaca-se a apreensão da proposta educativa do MST e a sua relação com a formação territorial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari na região da Mata Paraibana.

Para tal objetivo realizamos um levantamento bibliográfico referente aos movimentos sociais, organização territorial do MST, *Educação do Campo*, e Geografia Agrária. Posteriormente realizamos entrevistas com as principais entidades envolvidas como a Secretaria Estadual do MST, Secretaria de Educação do Município de Mari, Direção do Assentamento Zumbi dos Palmares, Direção e coordenação da Escola Zumbi dos Palmares, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município de Mari, Sindicato dos Trabalhadores Rurais

do Município de Mari, entre outras. Com isso vimos a necessidade de conhecer melhor os principais atores envolvidos nessa luta pela terra, as famílias assentadas, assim aplicamos questionários em 67 das 78 famílias assentadas, buscando um histórico e uma caracterização de lutas e conquistas.

O MST NA PARAÍBA

Desde o processo que levou a sua fundação, o MST definira-se como uma forma de organização dos trabalhadores. Por esses princípios os sem-terra vivenciaram diferentes experiências de construção do Movimento em diferentes lugares e regiões. Bem como em outros estados do Nordeste, na Paraíba os trabalhadores também encontraram adversidades para criar o MST. Desde 1985, quando a delegação voltou do Primeiro Congresso, havia a disposição de fundar o Movimento (FERNANDES, 1999). Entre 1986 e 1987 várias foram as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais, dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento.

No ano seguinte o MST inicia a realização de cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Píripituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Mari,

Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. A mobilização durou seis meses, envolvendo aproximadamente 500 famílias. Em 1989 houve a realização de dois encontros de militantes de vários municípios do Brejo Paraibano. Participação, ao lado de entidades sindicais rurais, do dia do trabalhador rural em 25 de julho. Em agosto, participação no ato público contra a violência no campo em Alagoa Grande, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diversos sindicatos de trabalhadores rurais. Já em 1990 ocorreram diversos trabalhos de conscientização na região agreste, durante seis meses, que mobilizaram cerca de 100 famílias nos municípios de Boqueirão, Queimadas e Araras. Participação e promoção do ato público do 1º de maio em Campina Grande.

No ano de 1991 nos meses de janeiro a maio houve realização de trabalho de base nos bairros de Campina Grande, entre eles: Catingueira, Bairro das Cidades, José Pinheiro, Pedregal e Ramadinha I e II. Deste trabalho, resultou, no final do mês de maio, a ocupação da Fazenda Boa Esperança em Campina Grande. Todas as famílias foram despejadas, provocando a ocupação da Praça da Bandeira, no centro da cidade, onde passaram quatro meses esperando uma resolução do problema. Como o governo nada resolveu, o movimento ocupou a área de pesquisa da Empresa Estadual de Pesquisa

Agropecuária (EMEPA) em Lagoa Seca. Nesse episódio, foi fundado o comitê de apoio ao MST do qual participaram diversas entidades representativas da sociedade civil: Aduf, Adupeb, Sindicato dos Bancários, Sintab, Cut regional, Sinteep, Sivepa e Cddh. Todas essas entidades, além do apoio político que prestaram, elaboraram documentos divulgando a situação agrária da Paraíba e também colaboraram como mediadoras nas audiências junto ao poder público (LAZARETTI, 2007).

No Litoral da Paraíba o MST surge em Janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam as terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (PEREIRA, 2005, p. 139).

Atualmente no Estado da Paraíba pode-se encontrar 36 Assentamentos liderados pelo MST. Desses 36 assentamentos apenas seis possuem escolas dentro do próprio assentamento. Todas essas escolas são coordenadas pela secretaria municipal junto com o MST. A

direção Estadual é composta por um ou dois representantes de cada direção de brigadas e por um ou dois representantes de cada setor estadual. Esta nova divisão de Brigadas Regionais no Estado da Paraíba é recente, pois começou no Sul e Sudeste do país com o nome de direções regionais onde a territorialização do Movimento é maior. Essas Brigadas são regiões estratégicas de atuação do MST, que comporta aproximadamente 300 famílias, com o objetivo de facilitar o fluxo de informações entre as instâncias do Movimento, e que participem mais pessoas no processo de construção deste, ela reestrutura o Movimento. Esse nome foi denominado para abranger objetivos mais amplos dentro da organização do MST, atualmente essa organização é composta por nove Brigadas em todo o Estado da Paraíba. A direção dessas Brigadas são compostas por um ou dois representantes das coordenações de cada assentamento/acampamento a cada Brigada; e por um ou dois representante de cada setor regional.

No nível assentamento/acampamento temos a coordenação que é formada pelos representantes dos núcleos de base de cada acampamento/assentamento, que são formados por uma grupo de dez famílias e novamente os setores, como vemos os setores são formados em cada instância organizacional.

A LUTA PELA TERRA EM MARI

A estrada de ferro foi responsável pela colonização do local, onde hoje se encontra a cidade de Mari que anteriormente se chamava Araçá pela quantidade de fruteiras dessa espécie ali existente. No local, os engenheiros ingleses construíram uma estação ferroviária que se constituiu no marco inicial para a edificação da futura cidade.

Esses acontecimentos ocorreram por volta do ano de 1873. Próximo do ano 1900, foram construídas as primeiras casas e dentro de pouco tempo já se apresentava com aspecto de povoado. Em 1946 Manoel de Paula Magalhães e José Leão de Oliveira, dois fazendeiros locais, implantaram a cultura do fumo, uma das grandes riquezas do município nesta época. O povoado foi municipalizado em 1958, quando recebe o nome de Mari, o nome de uma das grandes fazendas do antigo povoado. O município de Mari está localizado na Microrregião de Sapé e na Mesorregião da Mata Paraibana. Sua área é de 155 km². Segundo dados do IBGE de 2006 o município conta com uma população de aproximadamente de 20.634 habitantes, sendo 17.420 urbana.

No município de Mari, segundo depoimentos recolhidos durante a nossa pesquisa, os assentamentos rurais hoje comportam um número considerável de trabalhadores que passaram por esse

processo de saída do campo para cidade, e agora com o fortalecimento dos movimentos sociais, vêem uma oportunidade da volta ao campo. Portanto para que essa Reforma Agrária seja viável depende além desse fortalecimento dos movimentos sociais no campo como também de alterações mais gerais no plano do pensamento político dominante no país, da transformação do atual paradigma de reforma agrária, a partir de uma nova visão do rural e do papel do território no desenvolvimento. Segundo Alentejano (2003), este novo paradigma deve considerar o rural como algo vivo e em transformação e contribuir decisivamente para a revigoração deste, dentro de uma perspectiva que tenha a agricultura como centro deste processo, mas não se limite a esta, explorando as diversas potencialidades oferecidas pelos territórios.

O município de Mari tem suas bases históricas arraigadas no campo, pois este é um município que nasceu de grandes fazendas agropecuárias agrícolas. Um desdobramento deste legado é a permanência na região dos resquícios do *coronelismo*, pois com a economia da cidade como já dito é basicamente voltada para agricultura, e como em todo país a concentração de terras perdura até hoje.

Várias foram as culturas exploradas na região como o fumo que é quem inicia a exploração das terras, mais tarde o abacaxi chegando a ser o segundo maior produtor

do país perdendo apenas para Sapé, e atualmente, e que vem desde a década de 80 com a queda das plantações de abacaxi, a mandioca que toma hoje, segundo os depoimentos do chefe de escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado (EMATER) recolhidos durante o nosso trabalho de campo no município, uma área de 3.500 hectares Segundo ele a cultura que também avança no município é a cana-de-açúcar, que hoje já ultrapassa os 1.000 hectares. Um dos maiores produtores da região é o próprio vice-prefeito da cidade, Antônio Gomes da Silva. Só sua fazenda possui uma área de mais de 1.000 hectares de mandioca.

O chefe do escritório da EMATER no município traça um ligeiro perfil agrícola do município se caracteriza por:

(...) as outras culturas que até então eram predominante no município como é a cultura do abacaxi, está em decadência, nós temos hoje 100 hectares, coisa que anteriormente era 2.100 hectares, isso na década de 70 até aproximadamente a década de 90. As outras culturas também decaíram, como por exemplo o inhame que ocupava aqui uma área de aproximadamente 600 hectares agora está na faixa e 250 hectares, a cultura também do fumo mas ainda hoje temos em faixa uns 100 hectares tem também o plantio da batata de uns 150 hectares as outras são menos de 100. (Chefe de Escritório da EMATER. Fonte: Trabalho de campo em 07 de maio de 2007)

Como a questão agrícola influi diretamente na questão agrária, pois as relações de trabalho e a expropriação do homem da terra, decorreu principalmente o

desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, podemos dizer que foi um conjunto dessa relação que trouxe ao município vários conflitos de luta pela terra, pois vários eram os trabalhadores rurais empregados e superexplorados, e mais tarde expropriados dessas atividades, seja com a mandioca ou o abacaxi.

Assim o município de Mari foi palco de grandes conflitos de luta pela terra. As condições de trabalho impostas pelos grandes coronéis aos trabalhadores rurais, que perpassavam por *arrendatários*, *parceiros*, *meeiros*, cambão à assalariados, até a expropriação das terras, levaram esses trabalhadores a lutarem não só pelo acesso à terra como também na melhoria das condições de trabalho. O poderio do latifúndio na década 60 foi muito forte caracterizando-se por perseguições e diversificadas formas de repressão contra os trabalhadores do campo, pois os latifundiários dominavam as forças políticas e econômicas do Estado.

Organizados desde 1962 através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mari (STR), entrelaçado com a igreja católica, através do Padre Cônego de Farias e com a participação de 44 sócios fundadores, lutavam por melhores salários e pela conquista de terras, atuavam de forma pacífica e negociativa. Atualmente tem-se o presidente José Martins de Lima, que foi uns dos sócios fundadores, está no décimo-quarto mandato como presidente.

O STR surge em Mari devido a necessidade de uma instituição que lutasse junto aos órgãos públicos por algumas melhorias para os trabalhadores do campo e assim como os demais STR's do Brasil nasce também com uma proposta assistencialista aos membros sindicalizados, pois como sócios eles tinha auxílio médico: dentista, oculista, etc.

Mas a principal organização de luta pela terra conhecida em todo o país como já mencionado, foram as Ligas Camponesas, se formou em Mari por volta de 1963 e logo se tornam um movimento de massa, com grande participação dos trabalhadores do município. As Ligas não esperavam as negociações dos poderes públicos elas atuavam através das *ocupações* de terras que não cumpriam a sua função social: alimentar o homem. Dessa forma vários foram os conflitos entres esses trabalhadores, policiais e capangas dos coronéis. Foi na cidade de Mari, no ano de 1964, onde ocorreu a maior chacina de luta pela terra no país.

Os movimentos de luta pela terra foram calados, o movimento sindical atuou por muito tempo apenas de forma assistencialista aos associados. Foi no ano de 2000 que chaga em Mari o MST, movimento já organizado nacionalmente, ele chega com a mesma proposta das Ligas Camponesas, as ocupações de terras. Inicialmente o movimento ocupa uma grande fazenda com plantações de cana-de-

açúcar cultura essa que mata o solo e que mata o povo de fome, pois são exportadas a baixos preços, só quem ganha com isso são os países que importam tal produto, é a política do *agronegócio*. Essa fazenda chamada Gendiroba tinha aproximadamente 1.000 hectares de propriedade de Carlos Ribeiro Coutinho, atualmente é uma conquista do MST, o Assentamento Tiradentes. Outra grande ocupação e conquista do MST no município em terras de aproximadamente 1.000 hectares era a Fazenda Cafundó de propriedade de Laureano Casado da Silva, atualmente Assentamento Zumbi dos Palmares, destacado nos capítulos posteriores.

Atualmente após a organização desses assentamentos não tem ocorrido no município mais ocupações. A luta desses trabalhadores é de permanecerem na terra, ou seja na busca de subsídios que lhe dêem condições de viver da terra, recursos mínimos como água, energia e escolas para todos. A nossa preocupação no presente trabalho é focalizar esse momento de luta pela educação nos assentamentos, partindo da premissa que essa é o principal meio de formação do homem, seja ele do campo ou da cidade. Eles lutam para que essa escola do campo não seja apenas uma escola no campo, mas sim que ela venha arraigada de sua cultura e da sua história, construída e formada por esses atores do campo. A seguir apresentamos o histórico dessa luta e

conquista de uma educação diferenciada aos povos do campo, chegando às propostas pedagógicas do MST.

A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO E O MST

Vemos então que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado. Há uma história tensa ainda a ser mais bem contada. Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica. Milhares de educadoras e educadores se mobilizam, se reúnem, debatem estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, em escola-famílias agrícola, escolas dos reassentamentos do Movimento dos Atingidos por Barragens, em escolas de assentamentos e de acampamentos do MST, ou em escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

Esse movimento Por uma Educação do Campo visa, com urgência, ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo, ele pretende instigar mais pesquisas como essa pesquisa aqui realizada. E sobretudo lutar por maior atenção dos governos federal, estaduais e

municipais para seu dever de garantir o direito à educação para milhões de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que trabalham e vivem no e do campo.

Ainda, para Arroyo, Caldart e Molina (2004), a escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica. A Educação do Campo nasce sobretudo de um olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento do país e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos. Eles enfatizam que a questão central para as pesquisas e políticas educativas será reconhecer esse protagonismo político e cultural, formador, que está se dando especialmente nos movimentos sociais do campo. Tratando desses processos formadores estaremos tratando de educação.

A grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional da Educação do Campo é entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como

processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade. O direito à escolarização ressignificado e reposto com maior abrangência e urgência propõe uma educação e uma escola vinculada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural dos diferentes grupos sociais que habitam e trabalham no campo. Quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar docente que se alimentem dessa dinâmica formadora. Também mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores, levou o Movimento a vincular a ela o direito à educação. A educação entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Caberia à educação a “construção e desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST.

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os trabalhadores sem terra do MST também começaram a lutar por escolas no campo. As famílias sem terra mobilizaram-se pelo

direito à escola e, especificamente, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura. Essas famílias tomaram para si a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nesta perspectiva.

A criação de um Setor de Educação dentro do MST, em 1987, formaliza o momento em que esta tarefa foi formalmente assumida. Desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teria uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004). Mas sim que esse projeto de educação incorporasse à escola uma educação do campo, que é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais em sua implementação.

Para o MST o movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização particular da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso,

cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano.

ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES: LUTA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

O Assentamento Rural Zumbi do Palmares teve seu processo de luta liderado pelo MST, dentro do seu contexto de mobilização política nacionalmente. Vendo as propostas de luta do Movimento na Paraíba e as conquistas na luta pela terra na região, muitos foram os trabalhadores, expropriados de suas terras, que se identificaram com essa luta. Convidados ou não os trabalhadores rurais da região vieram até o Movimento e ocuparam a área da antiga Fazenda Cafundó, terras de um grande proprietário da região, que arrendava as terras para outros fazendeiros para o plantio do pasto. Foram os próprios antigos pequenos agricultores da região, os moradores das grandes fazendas, que encontraram no Movimento sua própria luta, expulsos das terras onde viviam só lhes restavam lutar para entrar nela novamente.

Segundo os entrevistados no Assentamento a origem desses trabalhadores rurais foi principalmente da região de Mari, ou ainda de Sapé, em grande parte da área rural. Muitos ainda vinham de outros processos de ocupação que não tiveram sucesso. Essa ocupação ocorreu em 04 de outubro de 2001, onde as famílias sem-terra montaram seus barracos e construíram o *acampamento*. Antes da imissão de posse da terra os acampados sofreram dois despejos, os quais foram humilhantes, devido o abuso do poder das polícias e coronéis da região. A ocupação das terras da Fazenda Cafundó no município de Mari, Mata Paraibana, para os trabalhadores sem-terra, trazia consigo uma luta pela conquista da libertação da submissão aos grandes proprietários de terras. É ainda o avanço frente a luta pela Reforma Agrária.

No processo de ocupação as 82 famílias participaram das frentes de luta e das demais organizações. Muitos pais traziam as suas crianças, devido a falta de ter com quem deixar, correndo vários riscos, como atravessar rios, travessias por matas fechadas, no escuro da noite. Foi devido a preocupação com essas crianças que as famílias logo após montarem seus barracos o primeiro objetivo foi alfabetizá-las. Construíram então um barracão e os próprios militantes que tinham por muitas vezes até quinta ou sexta série, começaram a alfabetizar essas crianças.

O Assentamento Rural Zumbi dos Palmares recebeu este nome como homenagem ao Quilombo dos Palmares “Zumbi”, homem que lutou pela libertação da escravidão dos negros no Brasil. Das 82 famílias que iniciaram o processo de luta pela terra na fazenda, 78 encontram-se assentadas. A primeira imissão de posse de terras ocorreu em 2002, mas o antigo proprietário da Fazenda entrou com recursos e conseguiu a eliminação. E em 2004 por ter continuado na luta na permanência do acampamento conseguiram a segunda imissão de posse.

Inicialmente na divisão de terras, com o auxílio do técnico do Movimento, as terras foram parceladas em 1hectar de terras destinadas á cada família para construção da casa e do “sitiozinho” de quintal, para plantação de árvores frutíferas, verduras criação de galinhas, porcos, etc, para o consumo da própria família. Desde que o assentamento seria formado por *agrovila*⁴. Depois foi pensado nas áreas de reservas ambientais, pois a lei designa que todo assentamento deve ter 20% de suas terras destinadas á

⁴ A forma de agrovila que o INCRA mais incentiva é a em que a casa do assentado fica localizada numa vila afastada de sua parcela, do lote individual. Quanto à proposta do INCRA, de organizar o assentamento em forma de agrovila, um estudo demonstra que assentados entrevistados se manifestaram contra, alegando principalmente que o INCRA favorece este tipo de organização por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia (SOUZA, s/d).

preservação dos recursos naturais, essa é a reserva legal. E foi decidido coletivamente pelos assentados que teria no assentamento outra reserva, em uma área de mananciais existente nas terras devido a preservação do recurso água, fonte de extrema importância para as famílias assentadas, esta reserva ocupa uma área de 30 hectares do assentamento.

As famílias assentadas no Zumbi dos Palmares até o momento de realização de nossa pesquisa tinham adquirido o Projeto de Habitação, projeto do governo o qual é financiado pela Caixa Econômica Federal e Governo Federal, o qual as famílias devem ressarcir a dívida após cinco anos. Assim como também projeto Luz para Todos, projeto do Governo Federal que realiza empréstimo para levar energia elétrica até os assentamentos. Não possui água encanada no Assentamento as famílias que têm melhores condições conseguiram construir cisternas de abastecimento que são alimentadas pela água do subsolo. O esgoto é comportado por fossas sépticas nas proximidades das residências.

A maioria dessas famílias assentadas, segundo a nossa pesquisa, são oriundas do campo. A ocupação principal, ou por muitas vezes única, é o cultivo da terra, a agricultura, assim o assentamento para eles representa terra para viver e trabalhar. Desta forma poucos são os trabalhadores que saem do assentamento para enfrentar o mercado de trabalho na cidade, relações de

trabalho como bico, terceirização de serviços, ou ainda as atividades assalariada são ínfimas.

Das 67 famílias entrevistadas 52% delas produz para a própria subsistência, isso decorre do fato da não distribuição dos hectares para produção familiar que como, colocado anteriormente, ainda está em processo de parcelamento junto com o técnico, portanto eles cultivam apenas no terreno do “quintal” da casa: hortaliças, feijão, arroz, milho, etc. No entanto 48% destas famílias cultivam exclusivamente a mandioca para a comercialização, cultura predominante de toda a região, ela é cultivada nesse mesmo terreno da casa tomando o espaço da alimentação para subsistência, assim vários assentados têm que ir comprar alimentos básicos, como arroz e feijão, na cidade. E como a colheita da mandioca ocorre de ano em ano, são poucas as relações de comércio existentes entre os trabalhadores assentados.

Atualmente, no assentamento, várias coisas mudaram para os trabalhadores rurais sem-terra. Muitos sentem como se tivessem ganho a luta através da conquista da sua terra. Para vencerem esse problema o Movimento realiza no assentamento, assembléias e reuniões e sempre estão tentando colaborar com a luta de outros acampados do MST, participando de passeatas e ocupações em repartições públicas, tentando contribuir no incentivo da continuidade de luta pela terra, e o fim

maior a Reforma Agrária no País. Entre os entrevistados 73% se diziam militantes, mas muitos eram aqueles que participavam apenas de assembléias e passeatas apenas para permanecerem informados da evolução do assentamento, enquanto que a ideologia do Movimento perde a sua força em cada um deles.

Várias foram as famílias que se mostraram insatisfeitas com a atuação do Movimento, e muitas dizem participar de assembléias e reuniões para conseguirem auxílio do governo como organização. Entendemos, portanto, que grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras rurais esperam, do MST, sobretudo aqueles que participaram de todo o processo de luta, o melhor acompanhamento e incentivo por parte do Movimento. Pois para que esse povo seja qualificado, o MST tem que ter uma responsabilidade de sempre estar dando um incentivo. Conscientizar as pessoas do que é a Reforma Agrária, do que é a luta, lhes pôr atualizados frente a ação do movimento nacionalmente.

Porém mais famílias foram buscando o Movimento durante esse processo de desterritorialização (acampamento) e reterritorialização (assentamento). Sem terras de outras áreas sem sucesso na conquista do seu território que ficaram de “mãos atadas” com a nova Medida Provisória (MP), editada na gestão de Fernando Henrique Cardoso e assumida pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva,

que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas.

Desta forma o MST atualmente reserva lotes de terras em alguns assentamentos por eles liderados, como no Assentamento Zumbi dos Palmares, que cede as terras para o Acampamento Pequena Vanessa que desde a época ainda de acampamento do “Zumbi dos Palmares” estão na área. Cedendo as terras à demais ocupações o Movimento apóia a luta dos demais companheiros que continuam na luta pela terra, e ainda tenta quebrar com a atual Medida Provisória de vistoria de terras.

Esse Acampamento é formado atualmente por 27 famílias, que iniciaram essa luta quase que ao mesmo tempo em que as famílias, já assentadas, no Zumbi dos Palmares á quase cinco anos. Do INCRA só promessas, e algumas famílias vão ser assentadas no próprio Assentamento Zumbi, nas terras que eles conseguiram retomar, então são sete as famílias do Acampamento que vão ser Assentadas. As demais famílias, não têm uma determinada Fazenda para desapropriação, e os poderes públicos pouco estão preocupados com sua situação.

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DO PALMARES

A educação no Assentamento Zumbi dos Palmares está em movimento através da implantação da sua Escola, que é uma escola que está vinculada ao Movimento. Está sendo implementada desde que há uma tentativa que parte dos seus dirigentes, de implementação de uma política diferenciada das escolas da cidade. Portanto ela é do Movimento desde que essa tentativa de ser “diferente” vem de uma idéia do MST, de sua *teoria pedagógica* e do Setor de Educação do MST.

A educação do Assentamento é ainda uma educação em movimento devido utilizar-se da mobilização dos militantes do MST para a construção de um processo de formação humana, que é constante e que é vivenciado na coletividade, é esta uma grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos, da transformação de sujeitos, da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade.

De início o Setor de Educação enfrentou várias dificuldades, tudo era improvisado, o poder público não reconhecia a necessidade de educar os acampados e seus filhos. A importância dessa iniciativa era não deixar essas crianças completamente paradas, embora

as aulas não valessem como ano letivo, ao menos elas recebiam alguma formação evitando que perdessem o conhecimento que já tinham adquirido nas escolas antes de irem para o acampamento. Assim aconteceu no Assentamento Zumbi dos Palmares os acampados na luta pela terra logo que montaram seus barracos logo providenciaram a escola com as próprias mulheres acampadas como professoras, começaram a dar aula mesmo sem o reconhecimento do MEC.

Já na década de 90 é organizado o Coletivo Nacional de Educação, promove-se a elaboração das cartilhas pedagógicas e tem início o Curso de Formação de Professores de assentamento. O nível de organização é diferenciado conforme o estado ou, mesmo, dentro de um mesmo estado. As formas de gestão e financiamento das Escolas do MST também são diferenciados. Existem escolas de assentamento totalmente mantidas pelo Poder Público, escolas mantidas pelo Movimento, como a escola Josué de Castro, que habilita professores para o magistério, técnico para administrar cooperativas e técnicos sociais para os assentamentos; e cursos superiores, mantidos em convênios com faculdades (MENEZES NETO, 2003).

A Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, tem gestão e financiamento pelo município, mas o MST defende a idéia de que ela deve apenas ser financiada pelo

Poder Público, o projeto pedagógico deve ser elaborado pela comunidade na qual está inserida. Porém atualmente a escola não tem esta autonomia, portanto ela segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) como normas, e tenta de alguma forma levar até as crianças, por exemplo nas datas comemorativas, as conquistas e as lutas enfrentadas pelo Movimento, como data especial.

As principais linhas de ação do Setor de Educação são: fortalecer a identidade sem-terra e a pertença ao Movimento entre educandos, educadores e famílias acampadas e assentadas; buscar qualificar a atuação das educadoras e educadores; realizar atividades regionais e estaduais de formação específica para as educadoras e os educadores de todas as frentes de atuação do Setor. São essas justamente as principais necessidades para o melhoramento da Escola do Assentamento Zumbi como uma *Escola do Campo*, seguindo a *pedagogia do movimento*, a participação efetiva de professores do campo que sejam qualificados e que façam parte da história de luta dessas famílias.

Para o Movimento e particularmente para o Setor de Educação o *projeto de Educação do MST*, é uma combinação entre a luta pelo acesso à escolarização, e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica onde atua, e do projeto social e histórico mais amplo que os anima e

sustenta. É nessa busca por uma construção de um projeto de educação específico que levanto a seguir o processo de construção da Escola Zumbi dos Palmares, suas lutas e suas dificuldades na implementação de uma escola do campo.

A luta pela construção da escola Zumbi dos Palmares iniciou-se no período de acampamento, quando as famílias sem-terra, já consciente de uma demanda política formadora do ser sem-terra, vêem a necessidade de alfabetizar suas crianças, a mobilização das famílias do MST, que se reuniram e construíram a escola e foram a busca de educadores para suas crianças, foi fundamental para sua implementação e, desde o ano de 2002, a escola foi reconhecida pelo MEC para a viabilização desse projeto os assentados contaram com o apoio da Secretaria de Educação do município de Mari.

É por essa questão da preparação dos professores do próprio assentamento que os militantes vem correndo atrás, assim como também para o melhoramento das condições de funcionamento da Escola. Poucas são as famílias assentadas que participam dessa mobilização ou participam de alguma forma no funcionamento da escola; e ainda menos aquelas que se preocupam se aquela escola está preparando suas crianças para ter consciência política como ser sem-terra.

Muitas famílias persistem em levar suas crianças para estudarem na cidade, não

têm nenhum tipo de consciência política na função dessa escola do campo para formação das suas crianças. Consideram por muitas vezes o ensino da cidade melhor preparado para a educação destas. Desta forma quanto mais se afastam os pais e filhos dessa preocupação com uma escola para si, como existia no momento acampamento, mais ainda se afastam do entendimento do movimento, da sua mística e do seu objetivo principal a Reforma Agrária. Para Caldart (2004) a escola é um *movimento sociocultural*, o que significa entender os sem-terra como sujeitos sociais que se produzem, como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de *projeto*, ou seja de algo que ainda não é, mas que pode vir a ser. Os sem-terra são para essa autora sujeitos *socioculturais* pra frisar uma possível diferença de sentido em relação à produção de cultura a partir da vivência cotidiana mais simples. A proximidade entre o Movimento e a Escola forma parte do processo de formação histórica dos sem-terra.

Na construção desse processo de formação humana, o MST vem criando uma *pedagogia do movimento*. Que segundo Caldart (2004), é uma pedagogia que nos permite olhar para o processo de formação dos sem-terra como um processo educativo, e mais, que nos convida a pensar na escola como um dos momentos/espços do processo educativo.

Nessa prática pedagógica o principal objetivo é recuperar a visão de educação como formação humana, da escola como um dos tempos e espaços dessa formação e da teoria pedagógica tendo como objetivo a compreensão do que é constituído como ação educativa e cultural, da socialização e formação de identidades, saberes, valores, da construção e apreensão do conhecimento.

A pedagogia do MST foi construída de acordo com as necessidades de adequação de pedagogias já construídas ao modo de vida dos sem-terra, desde o momento acampamento ao momento assentamento. Se fazia necessária, portanto, uma escola que acompanhasse esse movimento e mobilidade da escola e educadores a cada ocupação ou qualquer outro momento de luta pela terra, percebendo a transformação do Movimento a cada passo dessa luta. Além dessa necessidade de acompanhar o movimento a escola, para MST, vai muito além da sala de aula, todo seu processo de formação se dá durante a mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras, a “lida” com a terra, as passeatas, o próprio processo de ocupação, e demais processos de luta, tudo isto é considerado como ato educativo.

Assim a Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, hoje Escola Municipal Zumbi dos Palmares, acompanhou todo o processo de conquista da terra. Ela foi participativa no processo

de formação humana dos sem-terra, hoje assentados. Pois desde que se iniciou a construção dos barracos na ocupação, aconteceu também a construção do barracão para se iniciar a escola. Essa escola trazia consigo um símbolo do MST, que defende que só a educação é que liberta. Essa escola era, portanto, uma escola do movimento, assim se utilizou da pedagogia do movimento á partir que ela toma o dia-a-dia das crianças como processo educativo.

A grande importância levantada pelos sem-terra do Assentamento foi a permanência de educadores que fossem do próprio assentamento, que participassem e conhecessem seu processo de luta. Ainda como escola do acampamento, momento inicial da Escola, ela permanecia com professores do próprio assentamento, porém de pouca formação, a maioria com nível fundamental incompleto. Após o reconhecimento do MEC a escola teve que se adequar as normas da LDB, que todas as escolas devem estar constituídas de professores com formação superior na área de educação, ou cursos pedagógicos equivalentes. É principalmente a Direção da Escola que se preocupa com a implementação da *Pedagogia do Movimento* na Escola. Mas para tal é necessário inicialmente a formação de pessoas do campo para o ensino das crianças.

A Escola Municipal Zumbi dos Palmares funciona atualmente em um

antigo galpão da antiga fazenda desapropriada para fins agrários, a antiga casa de farinha. De forma muito precária com poucos materiais didáticos essa escola comporta um número muito baixo de alunos matriculados o que dificulta ainda mais a sua permanência. Pois é necessário uma demanda, uma necessidade, de uma escola em um determinado local para ser instalada em seus moldes.

Na construção da Escola já após seu reconhecimento no MEC desde 2004, a escola pode contar com as famílias assentadas, com toda a organização do MST. A escola funciona com turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, e atende crianças de 4 á 15 anos. Através de salas multisseriadas, existem atualmente 35 crianças matriculadas, essa ocorrência de salas multisseriadas decorre principalmente da pequena quantidade de alunos por série.

Apenas 52% das crianças assentadas na faixa etária de 4 à 15 anos encontram-se matriculadas na escola do assentamento, as demais crianças são matriculadas nas escolas da cidade. Muitas foram as afirmativas utilizadas pelos pais por não matricularem seus filhos na escola do Assentamento, a falta de segurança na ida, permanência e vinda das crianças; brigas com a direção; consideram melhores os professores da cidade do que as do Assentamento, entre outras. Ainda 10 dessas 35 crianças matriculadas na Escola,

são crianças acampadas, do Acampamento Pequena Vanessa, existe aí uma preocupação na instabilidade dessas crianças, que estão em processo de ocupação, as condições de vida destas e a permanência na Escola.

O quadro de professores é formado por três educadores, apenas um deles é assentada no Zumbi, os demais vêm também do município de Mari, e residem em área do campo, não de conflito agrário, mas dos chamados “sítios” da região. São filhos de agricultores e entendem o modo de vida deles como homens da terra, porém não conhecem a luta do MST, nem seus objetivos, e tampouco ouviram falar do *Movimento por uma Educação do Campo*. Nada sabem sobre a *pedagogia do Movimento*. Esses professores têm formação em cursos de Magistério, chamados antigamente “Curso Normal”, ainda existente na cidade de Mari. São professores contratados recentemente pela Prefeitura, na Escola do Assentamento chegaram no início do de 2007, portanto até o momento convivem com as crianças sem-terra a apenas três meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que na prática o que ainda acontece na Escola Zumbi dos Palmares é um processo de luta, agora não mais da construção da escola, mas sim de um

projeto de implementação de uma Escola do Campo, de uma escola que comporte suas necessidades. Para isso não é necessário somente vontade, alguém em todo esse processo terá que agir. O ideal seria que esse processo fosse um processo coletivo assim como aconteceu no processo de construção da escola, que os discursos da diretoria da escola, da secretaria de educação, da prefeitura, das famílias assentadas e da coordenação do assentamento andassem juntos, para que ocorresse o bom funcionamento da Escola. O grande desafio que se abre pela frente é o de definirmos como construiremos uma geografia instrumento de educação do campo. Algo que só virá a se concretizar através da pesquisa.

Percebemos que a Escola Zumbi dos Palmares enfrenta grandes dificuldades, na verdade existe nela ainda uma verdadeira luta pela construção de uma estrutura do espaço físico, como vimos enfrentam dificuldades básicas como a falta de energia e água, por exemplo, dentre muitos outros, como carências de material escolar, lápis, caderno, livros etc. Então questionamos como trazer uma escola diferenciada para o campo se na verdade não temos nem infraestrutura? Os professores não conhecem nem ao menos a história do Movimento, e muito menos estão preparados na busca dessa Escola do Campo, na busca de receber essas diferenças, essa diversidade dos povos do campo, estes são os

principais atores os quais deveriam ser preparados para esta implementação, pois são eles que passam mais tempo com as crianças e que participam daquele momento de sala de aula, de que apesar de não ser o único dos momentos educativos, é um momento importante na construção dessa consciência educativa das crianças.

O que temos na verdade na Escola do Assentamento é uma tentativa dessa construção de uma escola diferenciada, buscando principalmente construir para essas crianças a luta do Movimento. Isto acontece desde que a Diretoria da Escola e a Secretaria da Escola defende essa luta de uma construção de um Plano Político Pedagógico (PPP) diferenciado que comporte a cultura diferenciada dessas crianças, que não só são crianças do campo, elas ainda são assentadas, e são sem-terrinha, então existe uma diversidade dentro da diferença. Essa luta busca nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, sua principal fundamentação. Essa Diretoria ainda reivindica à prefeitura professores do próprio assentamento para que esses sejam participantes, da cultura e da vida dessas crianças, conheçam suas realidades e suas dificuldades de ser uma criança do campo.

Para essa construção, como foi dito, existe no assentamento a atuação de um Projeto de Extensão da UFPB, que busca principalmente trabalhar com a formação desses professores, esse é o primeiro passo

desse projeto. Enquanto uma equipe trabalha com os professores, outra equipe trabalha com as crianças nas *cirandas infantis*.

Consideramos nesse estudo de grande importância essa construção de uma escola diferenciada para o campo, não que venha aumentar a dicotomia cidade-campo, essas crianças elas precisam ver essa relação cidade-campo sob uma visão inversa: campo-cidade. A qual não é mostrada nos livros didáticos utilizados pela maioria das escolas das cidades, e nem pode ser trazida até os alunos por professores que não conhecem a sua realidade. Essa é uma busca de mostrar os importantes papéis que o campo tem na construção de um país melhor e mais digno, para que um dia essas crianças tenham orgulho de dizer: “eu sou do campo”.

A educação é a base do desenvolvimento de uma sociedade, não só desenvolvimento econômico, mas assim como também de um desenvolvimento humano capaz de abarcar as diversas facetas da pirâmide societária brasileira, da base ao pico. O enraizamento de uma luta e mobilização política na formação do *ser Sem Terra*, é uma das principais formas de buscar as identidades culturais dos sujeitos que fazem parte desse movimento territorial, e é através da educação que isso se constrói.

É nesse processo de construção do *ser Sem Terra* que esse Movimento busca dar continuidade a uma luta maior, que vai

além da luta pela terra para si, mas sim por uma terra para todos, o seu objetivo maior: a Reforma Agrária no país. A educação ou ainda a escola é de grande importância no processo de territorialização da luta pela terra, território aqui entendido como espaço político, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. É na escola onde se dá as principais relações sociais e onde se estabelecem campos políticos e de ação social, pois é na gênese do processo de formação humana que o homem toma para si os seus ideais, que vão sendo aprimorados por todo processo ensino-aprendizagem, até chegar o momento da “*praxis*” do ato educativo,

onde o *ser* passa a se colocar diante da sociedade e questioná-la.

Qual seria o papel da Geografia nesse processo de construção de uma escola do campo? A geografia tem essa capacidade de territorializar e espacializar a luta pela terra, ou ainda como disciplina a de trazer até os alunos uma dinâmica espacial desses movimentos. O que precisamos é construirmos uma geografia que nessas escolas seja instrumento para uma educação do/no campo, uma disciplina que contribua nesse processo de formação do *ser Sem Terra*, em uma luta que vai além da luta pela terra.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Movimento dos Sem Terra e sua Significação. MERCATOR: Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 02, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo** – Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Relação Campo-cidade no Brasil do Século XXI. Terra Livre**, N° 21 (p. 25-38) São Paulo, 2003.
- AUED, Bernadete Wrublewski; VENDRAMINI, Célia Regina; FIOD, Edna Maciel; CONDE, Soraya Franzoni. **Retratos do MST: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer N°: 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, DF de 04/12/2001.
- BRASIL, Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Versão Preliminar: DF, 2005.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

- COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa: Idéia, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**, (s/d).
- FRANCO GARCÍA, Maria. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra e os Desafios da Participação Popular no Meio Rural e brasileiro: ação política e imagem neste final de milênio**. UFBA: Caderno – CRH – Faces do Novo Rural: 28 de janeiro de 1998.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salet. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002.
- LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A Produção a Ação Coletiva No MST: relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal de Paranapanema (SP): dissidências e Dinâmica Territorial**. Dissertação Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2006.
- LIMA, Joselita Ferreira de. **A Dimensão Educativa da Mística na Luta Política do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2003.
- MENEZES NETO, Antonio Júlio. **Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde de Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo –** Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MST. **Como Fazemos Escolas de Educação Fundamental**. Caderno de Educação n° 9. São Paulo: Setor de Educação, 1999.
- MST. **Educação Infantil Movimento da Vida Dança do Aprender**. *Caderno de Educação* N° 12. São Paulo: Setor de Educação, 2004.
- MST. **Educação de Jovens e Adultos Sempre é Tempo de Aprender**. Caderno de Educação N° 11. São Paulo: Setor de Educação, 2003.
- MST. **Educação no MST Balanço 20 anos**. Boletim da Educação n° 9. São Paulo: Setor de Educação, 2004.
- MST. **Concurso Nacional para Estudantes do MST: as sementes são patrimônio da humanidade**. Catálogo seleção de trabalhos de arte-educação, 2004.

- MST. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001** Caderno de Educação n° 13 Edição Especial, 2005.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MEIRA NETO, Belizário. **Direito de Resistência e o Direito de Acesso à Terra**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. **Estudos Avançados** (pp. 185-206) vol. 15, n° 43, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Questão Cidade –Campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER; Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: expressão popular, 2006.
- STÉDILE, João Pedro.(org.) **A Questão Agrária no Brasil: vol.1, 2 e 3**. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Cf. Revista Semestral Pegada: **Dossiê 20 anos de EZLN e MST**. Vol. N° 5 – Novembro 2004.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- VIA CAMPESINA – Brasil. **Direito de Todos os Camponeses e Camponesas**. *Cartilha Educação Do Campo*: 2006.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. GARCÍA, María Franco. A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO RURAL DO MST ZUMBI DOS PALMARES E NO ACAMPAMENTO PEQUENA VANESSA, MARI, PARAÍBA. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30/junho/2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/11mara.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.